

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Na Escola Classe Ipê, localizada no Distrito Federal, três estudantes apresentaram demandas específicas: um aluno cego do 5º ano recebeu materiais impressos comuns, pois a direção alegou não ser possível adquirir Braille a tempo; uma aluna, diagnosticada com transtorno do espectro autista (TEA), foi matriculada no 4º ano, mas a coordenação decidiu que só teria acompanhante especializado se a família apresentasse laudo médico atualizado; e uma aluna, estudante com deficiência intelectual, foi orientada a frequentar exclusivamente o AEE, sem participar das aulas regulares, pois a equipe docente considerava inviável a sua permanência na turma comum.

Com base nessa situação hipotética, na legislação vigente (Declaração de Salamanca/1994, Política Nacional de Educação Especial/2008, Resolução CNE/CEB nº 4/2009, Lei nº 12.764/2012 e Lei nº 13.146/2015), julgue os itens a seguir.

- 1 A negativa de fornecimento de materiais acessíveis ao aluno cego contraria a Declaração de Salamanca, que determina que os sistemas educacionais devem se adaptar ao estudante, garantindo o direito à acessibilidade pedagógica imediata.
- 2 A exigência de apresentação de laudo médico atualizado para que a aluna com TEA receba acompanhante especializado está em conformidade com a Lei nº 12.764/2012, que condiciona o direito ao atendimento educacional especializado—à comprovação formal de diagnóstico clínico. A referida Lei corrobora a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- 3 A orientação de que a aluna com deficiência intelectual frequente apenas o AEE contraria a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que estabelece o atendimento como serviço complementar e suplementar, jamais substitutivo ao ensino regular.
- 4 A recusa em assegurar permanência, acessibilidade e acompanhamento especializado ao aluno cego, à aluna com TEA e à aluna com deficiência intelectual não constitui violação legal, de acordo com a Lei Federal nº 12.764/2012, desde que a escola alegue ausência de documentação formal ou limitações administrativas temporárias para a implementação dos apoios.

Um professor de geografia do ensino médio percebeu que um aluno surdo não acompanhava plenamente intérprete de Libras. Em reunião, a gestão afirmou que o PPP ainda não havia sido atualizado com estratégias de acessibilidade, e que a responsabilidade de assegurar recursos dependeria da adesão a programas de formação docente.

Com base nessa situação hipotética, no Parecer CNE/CEB nº 50/2023 e na Resolução CEDF nº 3/2023, julgue os itens a seguir.

- 5 A Resolução CEDF nº 3/2023 estabelece que a acessibilidade comunicacional, incluindo intérprete de Libras, materiais visuais e estratégias pedagógicas bilíngues, deve constar do PPP. Entretanto, a escola não viola a lei, caso ainda não tenha implementado essas medidas, desde que exista planejamento futuro de adequação, em conformidade com a LBI (Lei nº 13.146/2015, art. 28).
- 6 A ausência de previsão no PPP não isenta a escola de garantir intérprete de Libras, pois o Parecer CNE/CEB nº 50/2023 reafirma a obrigatoriedade de apoios pedagógicos imediatos, independentemente de programas de formação docente.
- 7 O não oferecimento de acessibilidade comunicacional ao aluno surdo, em razão da ausência de planejamento institucional, configura discriminação educacional indireta, violando tanto a Resolução CEDF nº 3/2023 quanto os princípios de equidade assegurados pelo Parecer CNE/CEB nº 50/2023.

Uma escola classe, em Samambaia (DF), atende a 480 estudantes do ensino fundamental, sendo 32 público-alvo da educação especial (PAEE). A instituição possui sala de recursos multifuncionais, mas enfrenta dilemas: uma parte da equipe considera o AEE substitutivo; e a outra parte defende a complementariedade.

No Projeto Político Pedagógico (PPP) em revisão, a gestão busca integrar o currículo em movimento da educação especial e a orientação pedagógica, mas teme sobreposição.

Professores ainda aplicam provas escritas adaptadas como única forma de avaliação. Com a chegada do caderno 2025, discutem-se a acessibilidade pedagógica e o uso de tecnologias assistivas, mas há resistência de alguns docentes, que afirmam que tais recursos criam dependência nos alunos.

Com base nessa situação hipotética e nos documentos orientadores da SEEDF para a educação especial, julgue os itens a seguir.

- 8 Ao revisar o PPP, caso a escola incorpore simultaneamente o Currículo em Movimento da Educação Especial e a Orientação Pedagógica da Educação Especial, o documento resultante poderá ser considerado juridicamente inválido, uma vez que a coexistência de dois referenciais distintos gera conflito normativo e descharacteriza a unidade curricular prevista pela LDB (art. 12, I).

- 9 A defesa de parte da equipe de que o AEE deve substituir o ensino regular está de acordo com a Orientação Pedagógica da Educação Especial, que prevê a possibilidade de oferta de escolarização exclusiva em salas e instituições especializadas quando a inclusão em classe comum for considerada inviável pedagogicamente.
- 10 Se a gestão optar por centralizar o planejamento pedagógico, nos professores especializados que atuam exclusivamente no AEE, a medida poderá ser justificada especialmente pelo princípio da gestão técnica, ainda que a prática seja pedagogicamente inviável. A medida poderá ser considerada legítima, já que a princípio é necessário que o AEE seja juridicamente reconhecido.
- 11 Ab complementaridade da sala de recursos é uma forma de garantir a conformidade da metodologia da Educação Especial com a legislação que estabelece a interdependência entre a sala de recursos e a sala comum.
- 12 O argumento de que a complementaridade é uma forma de garantir a permanência de alunos com deficiência na sala comum é inviável, já que a legislação estabelece que a permanência é garantida por meio da inclusão.

- 9 A defesa de parte da equipe de que o AEE deve substituir o ensino regular está de acordo com a Orientação Pedagógica da Educação Especial, que prevê a possibilidade de oferta de escolarização exclusiva em salas e instituições especializadas quando a inclusão em classe comum for considerada inviável pedagogicamente.
- 10 Se a gestão optar por centralizar o planejamento do AEE exclusivamente nos professores especializados, tal medida poderá ser justificada como forma de garantir coerência técnica, ainda que contrarie o princípio da gestão democrática. Nesse sentido, a prática seria pedagogicamente defensável, mas juridicamente ilegítima.
- 11 Ao compreender o AEE como atividade paralela e desvinculada da sala comum, a gestão da escola está em conformidade com a Orientação Pedagógica da Educação Especial, que garante autonomia metodológica ao professor especializado, evitando interferência no currículo regular.
- 12 O argumento de que as tecnologias assistivas criam dependência e reduzem a autonomia do estudante encontra respaldo nas políticas públicas nacionais, que condicionam o uso de recursos digitais a contextos em que não comprometam a independência funcional dos usuários.
- 13 Na tentativa de conciliar práticas avaliativas, a coexistência de exames padronizados externos e de avaliação formativa interna pode ser vista como práticas contraditórias, já que operam com finalidades distintas: monitoramento sistemático (LDB, art. 9º, VI) e acompanhamento individual (Caderno 2025).
- 16 A escola pode justificar que o aluno com deficiência física não participa das aulas de educação física, substituindo a sua presença por relatórios escritos, pois os documentos orientadores para educação especial da SEEDF não preveem recursos de mobilidade e acessibilidade.
- 17 O professor da sala comum deve participar ativamente da formulação, da implementação e da avaliação das adaptações curriculares para a estudante surda e para o aluno com deficiência física, articulando estratégias pedagógicas com o AEE, de modo a garantir acesso pleno, permanência e aprendizagem significativa, mesmo que o plano inicial tenha sido elaborado pelo AEE.
- 18 O professor da sala comum deve colaborar continuamente com o AEE na definição, na implementação e na revisão das adequações curriculares, avaliando a eficácia das estratégias pedagógicas e propondo ajustes quando necessário, de forma a garantir que cada estudante com deficiência tenha participação plena, aprendizagens significativas e acesso equitativo ao currículo.

Em uma escola do Distrito Federal, uma estudante surda usuária de Libras não conta com intérprete em todas as aulas, o que limita a sua participação nas atividades coletivas. Ao mesmo tempo, um aluno com deficiência física não consegue acessar parte dos espaços da escola por falta de adaptações arquitetônicas, como rampas e elevadores.

Durante reunião pedagógica, a gestão afirma que o uso da Libras é responsabilidade apenas do intérprete, e que cabe ao AEE elaborar estratégias pedagógicas individualizadas, liberando o professor da sala comum dessa função. Além disso, professores sugerem que o aluno com deficiência física seja dispensado das aulas de educação física, substituindo a participação por relatórios escritos sobre esportes.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 14 A escola age corretamente ao entender que a responsabilidade pela comunicação da estudante surda em Libras recai exclusivamente sobre o intérprete, pois as políticas de educação especial, desde o início da implementação do atendimento educacional especializado, sempre definiram que a sala comum não precisa adaptar-se à língua de sinais.
- 15 De acordo com o Curriculo em Movimento da Educação Especial/DF e a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, é correto que o AEE seja o único responsável por planejar estratégias pedagógicas para a estudante surda, liberando os professores da sala comum da necessidade de adequações curriculares ou metodológicas.
- 16 A escola pode justificar que o aluno com deficiência física não participa das aulas de educação física, substituindo a sua presença por relatórios escritos, pois os documentos orientadores para educação especial da SEEDF não preveem recursos de mobilidade e acessibilidade.
- 17 O professor da sala comum deve participar ativamente da formulação, da implementação e da avaliação das adaptações curriculares para a estudante surda e para o aluno com deficiência física, articulando estratégias pedagógicas com o AEE, de modo a garantir acesso pleno, permanência e aprendizagem significativa, mesmo que o plano inicial tenha sido elaborado pelo AEE.
- 18 O professor da sala comum deve colaborar continuamente com o AEE na definição, na implementação e na revisão das adequações curriculares, avaliando a eficácia das estratégias pedagógicas e propondo ajustes quando necessário, de forma a garantir que cada estudante com deficiência tenha participação plena, aprendizagens significativas e acesso equitativo ao currículo.

No ensino médio de uma escola pública, uma estudante com deficiência intelectual apresentou avanços em leitura e escrita, mas continuou sendo avaliada apenas por provas padronizadas, sem adaptações. O professor justificou que não poderia alterar o formato da avaliação, pois a escola precisava manter a uniformidade de critérios.

Enquanto isso, um aluno diagnosticado com TDAH era constantemente punido com suspensões por apresentar comportamentos de inquietação, sem que fossem implementadas estratégias pedagógicas de apoio. Em reunião, a coordenação pedagógica afirmou que somente laudos médicos poderiam fundamentar adequações, e que a escola não possuía autonomia para alterar formas de avaliação.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 19 O professor da turma do ensino médio pode e deve adaptar estratégias de avaliação e métodos de ensino para a aluna com deficiência intelectual, considerando as suas necessidades individuais, mesmo que isso altere o formato tradicional das provas, garantindo participação efetiva e aprendizagem significativa.
- 20 O professor do AEE tem função exclusiva de elaborar adaptações curriculares, e o docente da turma regular não precisa participar do planejamento ou da execução das estratégias pedagógicas individualizadas.
- 21 Punir o aluno diagnosticado com TDAH com suspensões recorrentes, sem implementar estratégias de apoio pedagógico, contraria práticas pedagógicas inclusivas, pois o comportamento relacionado ao TDAH deve ser compreendido como expressão de necessidades educacionais específicas, e não como infração disciplinar.
- 22 A escola age corretamente ao exigir que apenas laudos médicos fundamentem qualquer ajuste pedagógico, pois a interpretação docente ou as estratégias pedagógicas individualizadas poderiam gerar desequilíbrios e favoritismo entre os estudantes.

Uma escola atende turmas do ensino fundamental em regime regular inclusivo. Na turma do 5º ano, a professora relatou a presença de quatro estudantes com perfis distintos:

- Um aluno com transtorno do espectro autista (TEA): apresenta dificuldades em interações sociais; evita contato visual; tem rotinas rígidas; e demonstra interesse intenso por determinados temas (como mapas e geografia).
- Uma aluna com deficiência intelectual (DI) leve: possui dificuldade de compreensão de conceitos abstratos; exige instruções passo a passo; e precisa de apoio para organizar tarefas complexas.
- Um aluno com deficiências múltiplas (DMU), envolvendo deficiência intelectual e motora: apresenta limitações cognitivas e motoras, necessitando de auxílio em atividades físicas e de escrita, além de requerer materiais adaptados.
- Uma aluna com altas habilidades/superdotação (AH/SD): demonstra rapidez na compreensão de conceitos complexos, criatividade elevada; e tendência a se desinteressar por atividades consideradas simples pelos colegas.

Considere-se que essa professora precise planejar uma sequência de aulas de ciências que envolva experimentos práticos, registros em cadernos e trabalhos em grupo, garantindo que todos os estudantes participem de maneira significativa, respeitando suas características individuais.

Acerca do caso apresentado e das políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 23 O aluno com TEA apresentará resistência a mudanças na rotina da sala, preferindo realizar atividades sozinho e manifestar interesse restrito em determinados temas. A professora está correta ao interpretar esses comportamentos como indícios de TEA, devendo ajustar as interações sociais e os conteúdos apenas de acordo com as preferências pessoais do estudante, sem alterar a organização da turma.

24 A professora decidirá aplicar o mesmo experimento de ciências à aluna com deficiência intelectual (DI) e à aluna com altas habilidades e superdotação (AH/SD). Para isso, ela adaptará a atividade, oferecendo instruções simplificadas à aluna com DI e sugerindo leituras complementares à aluna com AH/SD.

C Essas adaptações são suficientes para atender às necessidades educacionais de ambas, não sendo necessário alterar a estrutura geral da atividade ou a dinâmica da turma.

25 O aluno com deficiência múltipla (DMU) participará do experimento de ciências utilizando materiais adaptados. A professora manterá o ritmo e a quantidade de tarefas aplicadas para toda a turma, justificando que o uso de materiais adaptados já contemplará as necessidades do aluno e garantirá sua participação de forma adequada na atividade.

Uma instituição de ensino no Distrito Federal oferece turmas de ensino de jovens e adultos (EJA) para estudantes com deficiência intelectual (DI) leve a moderada. A professora precisa planejar aulas de matemática e de português articuladas à vida cotidiana e às experiências do mundo do trabalho, promovendo autonomia, autoestima, cidadania e habilidades funcionais. Entre as estratégias planejadas estão: uma atividade de matemática, que envolve calcular o valor de produtos para montar um orçamento simulado de uma feira local; uma atividade de português, que propõe elaborar um cardápio semanal e escrever instruções para receitas simples, relacionando leitura e escrita com a rotina prática; e uma atividade coletiva, que consiste em organizar um miniprojeto de venda de produtos artesanais, promovendo trabalho colaborativo, responsabilidades e registro de tarefas.

Acerca do caso apresentado e das políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 26 A professora realizará as atividades planejadas para promover um trabalho colaborativo e o registro de tarefas. De acordo com Política Nacional de Educação Especial (2008), essas estratégias garantem que todos os estudantes aprendam de forma prática, funcional e conectada à vida cotidiana.
- C As estratégias utilizadas, quando combinadas com ajustes de ritmo, complexidade e uso de recursos acessíveis, permitirão que os estudantes com deficiência intelectual desenvolvam autonomia, cidadania e habilidades funcionais de forma significativa.

28 Para atender às necessidades de aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual moderada, que a professora divide tarefas em visuais e contextualizadas manipuláveis em cotidiano e do mundo do trabalho, a organização

No DF, uma escola de anos iniciais da rede municipal de ensino, que atende estudantes com deficiência intelectual moderada, que a professora divide tarefas em visuais e contextualizadas manipuláveis em cotidiano e do mundo do trabalho, a organização

- 28 Para atender às necessidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual na EJA, é adequado que a professora divida tarefas em etapas menores, utilize materiais manipuláveis e recursos visuais, e contextualize atividades com situações do cotidiano e do mundo do trabalho.

No DF, uma escola de anos iniciais atende estudantes com deficiência intelectual (DI) leve a moderada e transtorno do espectro autista (TEA). A equipe pedagógica está organizando o ano letivo e precisa definir o tipo de turma e as estratégias de ensino.

Algumas observações da equipe: alguns estudantes com DI e TEA foram alocados em classes comuns inclusivas, mas a professora não recebeu as orientações acerca da modulação de ensino e os recursos diferenciados; uma pequena turma de estudantes com TEA foi organizada como classe especial, porém sem prazo definido para a inclusão progressiva em classes comuns; e a gestão não realizou um estudo de caso individualizado para os novos alunos e não definiu o horário adequado para o atendimento educacional especializado (AEE).

Acerca desse cenário e com base nas políticas públicas da SEEDF, Lei nº 13.146/2015 e BNCC 2017, julgue os itens a seguir.

- 29 A alocação de estudantes com DI e TEA em classes comuns inclusivas sem orientação a respeito da modulação de ensino e recursos diferenciados estará em consonância com as políticas públicas da SEEDF, que priorizam a convivência e a aprendizagem mutua em turmas regulares.
- 30 No caso da escola de ensino fundamental do DF, a classe especial organizada para estudantes com TEA deverá ter prazo definido para a inclusão progressiva em classes comuns, com modulação diferenciada e apoio pedagógico, garantindo que os estudantes desenvolvam autonomia, habilidades funcionais e cotidiana, conforme os objetivos pedagógicos das turmas da SEEDF (classe comum inclusiva, integração inversa e classe especial).
- 31 No caso dessa escola, a correta implementação da estratégia de matrícula exigir que todos os estudantes com DI e TEA passem por estudo de caso individualizado, que defina a modalidade de turma (classe comum inclusiva, integração inversa ou classe especial), o horário do atendimento educacional especializado (AEE) e os apoios pedagógicos necessários, garantindo atendimento alinhado às necessidades educacionais específicas e as diretrizes da SEEDF.

Em uma escola situada no Distrito Federal, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) foi revisado em 2014. No entanto, surgiram as seguintes lacunas relevantes:

- O planejamento curricular não inclui conteúdos transversais sobre a Lei Maria da Penha, sob o argumento de que esse tema devoria ser abordado apenas em projetos extracurriculares.
- Crianças migrantes e refugiadas de 4 e 5 anos de idade enfrentaram obstáculos burocráticos para a matrícula, pois a secretaria exigiu documentação oficial de residência e visitas regulares.
- As práticas de educação em direitos humanos limitaram-se a palestras episódicas, sem integração ao currículo, avaliação processual ou participação da comunidade escolar.
- Durante uma reunião pedagógica, parte da equipe docente sustentou que a obrigatoriedade de tais medidas comprometeria a autonomia escolar e a neutralidade pedagógica.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas da SEEDF, julgue os itens a seguir.

- 32 A Lei Distrital nº 6.367/2019 (faculta) às escolas públicas a decisão sobre inserir ou não conteúdos relativos à Lei Maria da Penha em seu currículo, podendo restringi-los às atividades extracurriculares, em respeito ao princípio da autonomia pedagógica previsto no art. 12 da Lei nº 9.394/1996 (LDB).
- 33 De acordo com a Lei Distrital nº 7.305/2024, a matrícula de crianças migrantes, refugiadas, apátridas ou solicitantes de refúgio na rede pública de educação infantil pode ser condicionada à apresentação de documentos oficiais de identidade e residência, como forma de garantir a segurança administrativa e o controle de vagas.
- 34 A Resolução CNE/CP nº 1/2012 estabelece que a educação em direitos humanos deve ser tratada como dimensão transversal, processual, contínua e permanente, devendo integrar currículo, gestão escolar e práticas pedagógicas. Logo, limitar-se às ações pontuais e episódicas, como palestras, configura descumprimento das diretrizes nacionais.
- 35 A alegação de que a obrigatoriedade de incluir conteúdos da Lei Maria da Penha e de educação em direitos humanos comprometeria a neutralidade pedagógica encontra respaldo jurídico, pois a autonomia didático-pedagógica, prevista no art. 206, II, da Constituição Federal de 1988, autoriza as escolas a não implementarem conteúdos que envolvam valores sociais e culturais.

Em um centro educacional localizado no Distrito Federal, a avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) revelou falhas significativas na efetivação das políticas públicas de equidade e direitos humanos. Constatou-se que a educação em direitos humanos, prevista na Resolução CNE/CP nº 1/2012, era tratada apenas em eventos pontuais, sem transversalidade curricular. Da mesma forma, a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Portaria MEC nº 470/2024) aparecia no PPP apenas de forma declaratória, sem previsão de estratégias, monitoramento ou participação comunitária.

Além disso, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013) foi interpretado pela gestão como documento opcional, esvaziando a obrigatoriedade imposta pela Lei nº 10.639/2003. Alguns docentes alegaram, ainda, que a imposição de tais conteúdos feria a liberdade de cátedra, enquanto a gestão resistia a dialogar com a comunidade quilombola, sob argumento de favorecimento cultural, revelando um distanciamento entre a escola e os fundamentos normativos que sustentam a educação inclusiva, democrática e antirracista.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas da SEEDF, julgue os itens a seguir.

- 36 A abordagem pontual e episódica da educação em direitos humanos no PPP da escola atende integralmente ao disposto na Resolução CNE/CP nº 1/2012, uma vez que a normativa prevê flexibilidade na inserção desse eixo, respeitando a autonomia escolar.
- 37 A ausência de estratégias efetivas para a implementação da Portaria MEC nº 470/2024, que institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, caracteriza descumprimento do dever estatal e institucional de assegurar equidade educacional, uma vez que essa política exige planejamento, monitoramento e avaliação.
- 38 O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013) tem caráter apenas indicativo, cabendo às escolas avaliar a sua pertinência e aplicabilidade, sem obrigatoriedade de execução.
- 39 A recusa da gestão escolar em dialogar com a comunidade quilombola pode ser justificada como forma de preservação da imparcialidade cultural e da neutralidade pedagógica, asseguradas pela liberdade de cátedra prevista no art. 206, II, da Constituição Federal de 1988.
- 40 O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013) reafirma o papel da escola na desconstrução do racismo estrutural, em conformidade com a Portaria MEC nº 470/2024, que consolida a educação antirracista como eixo transversal da política educacional brasileira.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O Programa de Educação Precoce (PEP) do Distrito Federal é uma política educacional destinada ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade com deficiência mental, visual, auditiva, física/motora e múltipla; condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos e psiquiátricos; superdotação/altas habilidades/ hiperatividade.

Cabral Filho; Roch, 2021; Almeida et al., 2024.

A respeito do Programa de Educação Precoce (PEP), julgue os itens a seguir.

- 41 Vigotski, Piaget, Wallon, Corsaro e Sarmento são autores que fundamentam teoricamente o trabalho realizado na educação precoce.
- 42 As ações educacionais proporcionam experiências significativas de natureza empírica, a partir do C nascimento da criança para promover o seu desenvolvimento integral.

Uma mãe, cujos filhos nasceram em 9 de abril de 2023 e em 26 de fevereiro de 2019, procurou a rede pública de ensino do Distrito Federal para realizar a matrícula no inicio do ano de 2025. O filho que nasceu em 2023 tem diagnóstico de autismo, assim como o irmão mais velho, o filho que nasceu em 2019, que também apresenta TDAH. Em razão disso, ela buscou o desenvolvimento dos filhos, e a sua preocupação era conseguir escolas que fossem de fácil acesso, com qualidade de ensino e inclusivas.

Com base nessa situação hipotética, e considerando o documento Estratégias de Matrícula para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal 2025, julgue os itens a seguir.

- 43 O filho mais novo, que nasceu em 2023, deve ser integrado à educação infantil (pré-escola), primeira etapa da educação básica, que é direito da criança com idade até cinco anos, completos ou a completar até 30 de março do corrente ano, como indica o art. 40 da Resolução nº 2/2023 do Conselho de Educação do Distrito Federal.

- 44 Como o filho mais velho tem seis anos de idade, ele deverá ser atendido no ensino fundamental, que é obrigatório a partir de seis anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2025, sendo incluso no 2º ciclo para as aprendizagens, chamado bloco inicial de alfabetização (BIA). *63*
- 45 Ambos os alunos devem ser integrados à educação especial, que é uma modalidade de ensino garantida a eles, sendo obrigatória, no Sistema de Gestão Escolar i-Educar ou no sistema de escrituração oficial utilizado pela instituição educacional pública, que é o registro de condições específicas que os caracteriza como beneficiários dessa modalidade.

Acerca da classe de integração inversa nas instituições educacionais públicas da rede de ensino do Distrito Federal, julgue os itens seguintes.

- 46 A classe de integração inversa é constituída por estudantes sem deficiência e estudantes com deficiências (deficiência intelectual, deficiência física, deficiência múltipla, deficiência visual, surdocegueira, deficiência auditiva que não optam por Libras, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação) ou por estudantes com transtornos funcionais específicos, conforme modulação para cada etapa de ensino da educação básica e para a modalidade da EJA.
- 47 A classe de integração inversa é aquela na qual o estudante poderá permanecer pelo período em que dela necessitar, a partir da educação infantil até o 2º ano do bloco 2, do 2º ciclo do ensino fundamental (5º ano). Para os estudantes com transtorno do espectro autista, o período de permanência na classe de integração inversa poderá ser prolongado até o 2º ano do bloco 1, do 3º ciclo do ensino fundamental (7º ano), de acordo com estudo de caso/relatório de avaliação e intervenção educacional/adequação curricular, a fim de atender às suas especificidades.
- 48 A classe de integração inversa é de caráter temporário e transitório, com duração máxima de dois anos, constituída exclusivamente por estudantes com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista ou surdocegueira, sem seriação, com modulação específica.

- 49 A classe de Integração inversa tem modulação diferenciada/reduzida, constituída por estudantes de classe comum, juntamente com estudantes que apresentam deficiência intelectual, deficiência física, deficiência visual, deficiência múltipla, ou conforme previsto na estratégia de matrícula.
- 50 A classe de Integração inversa é constituída exclusivamente por estudantes com surdez/deficiência auditiva e surdocegueira que se comunicam por meio de libras, sendo oferecida especificamente nas escolas públicas integrais bilingües libras e português escrito. Nessas turmas, a libras é a língua de instrução.

Acerca da andragogia, de acordo com Nogueira (2004), julgue os itens a seguir.

- 51 A andragogia tem, por base, cinco premissas características aos aprendentes adultos: saber o motivo pelo qual devem aprender certos conhecimentos; aprendem melhor experimentalmente; veem a aprendizagem como resolução de problemas; a aprendizagem é melhor quando possui valor imediato; e os motivadores internos.
- 52 A andragogia é uma teoria que unifica e resolve todos os problemas da educação de adultos, como um conjunto de princípios teóricos e práticos que suscitam, em muitos adultos, novas forças para realizar aprendizagens com sucesso.
- 53 A andragogia no processo de ensino e aprendizagem tem a elaboração do plano de aprendizagem, o diagnóstico de necessidades, o estabelecimento de objetivos e a avaliação centrados no professor. Além disso, os planos de aprendizagem são organizados pela prioridade dos aprendentes.

A respeito das concepções de currículo de Schubert (1986), julgue os itens a seguir.

- 54 O currículo é visto como a experiência criada nos alunos, não se limitando apenas a conteúdos ou disciplinas.
- 55 O currículo pode ser entendido como o conjunto de tarefas e habilidade que os estudantes precisam dominar durante a sua trajetória escolar.

"Currículo é o conjunto dos conteúdos cognitivos simbólicos (saberes, competências, representações, tendências, valores) transmitidos (de modo explícito ou implícito) nas práticas pedagógicas e nas situações de escolarização, isto é, tudo aquilo a que poderíamos chamar de dimensão cognitiva e cultural da educação escolar."

FORQUIN, J. C. O currículo entre o relativismo e o universalismo. *Educação & Sociedade*, 2000, v. 21, n. 73, p. 47-70.

Em relação aos tipos de manifestação de currículo, julgue os itens a seguir.

- 56 O currículo prescrito é aquele estabelecido pelos sistemas de ensino, bem como é expresso em diretrizes curriculares, nos objetivos e nos conteúdos das áreas ou das disciplinas de estudo.

- 57 O currículo real refere-se às influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores e que são provenientes da experiência cultural, dos valores e significados trazidos do seu meio social de origem e vivenciados no ambiente escolar.
- 58 O currículo oculto é aquele que é, de fato, aplicado na sala de aula, em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino.
- 59 O currículo operacional é aquele que é incorporado nas próprias práticas de ensino e testes. Além do mais, ele também é denominado currículo relevante, sendo, assim, resultado da aplicabilidade e da utilidade do currículo, ao passar da teoria à prática.

Um professor, ao desenvolver uma aula sobre poluição dos cursos de água e dos oceanos, mares, rios e lagos em uma turma dos anos iniciais do ensino fundamental, limitou a sua abordagem apenas nas formas de poluição das águas, como despejo de esgotos, efluentes industriais e marés negras, e nas consequências para o ambiente e para a saúde humana.

Com base nessa situação hipotética, na concepção de letramento científico prevista na BNCC (2018) e no papel da prática pedagógica na formação cidadã, julgue os itens seguintes.

- 60 A prática descrita está restrita a um enfoque expositivo, pois privilegia apenas a transmissão de informações científicas, não favorecendo a reflexão crítica nem a proposição de soluções.
- 61 O ensino de ciências nas séries iniciais deve estimular os estudantes a relacionar o tema estudado ao seu cotidiano, possibilitando que compreendam os impactos da poluição e discutam as alternativas para enfrentá-la.
- 62 Ao abordar somente as consequências ambientais e de saúde, o professor atendeu plenamente às orientações da BNCC, já que o letramento científico se resume à compreensão conceitual dos fenômenos.
- 63 O letramento científico envolve, além da aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de atitudes investigativas e a capacidade de argumentar e tomar decisões responsáveis diante de problemas socioambientais.

No que diz respeito aos teóricos e às suas teorias da aprendizagem, julgue os itens a seguir.

- 64 Para Vigotski, a aprendizagem é um processo conduzido pelos domínios funcionais, de acordo com o momento de desenvolvimento do aluno.
- 65 Para Piaget, a aprendizagem estrutura-se no processo de equilíbrio e envolve a assimilação e a acomodação de novos esquemas de conhecimento.
- 66 Para Wallon, a aprendizagem é um arranjo de contingências, sendo evidenciada pelo que pode ser observado, ou seja, pela análise do comportamento.

67 Para Vygotski, a aprendizagem tem caráter social e cultural, com a internalização completando o processo. Em outras palavras, a aprendizagem adianta-se ao processo de desenvolvimento. O cotidiano escolar, como espaço de vivências e interações entre estudantes, professores e demais pessoas que habitam escolas, é fundamental para uma multiplicidade de relações de poder, de crenças e hierarquias. Uma

afetam a  
professores  
cultural, dos  
meio social de  
de um projeto  
pororado  
mais,

- 67 Para Vygotski, a aprendizagem tem caráter social e cultural, com a internalização completando o processo. Em outras palavras, a aprendizagem adianta-se ao processo de desenvolvimento.

O cotidiano escolar, como espaço de vivências e interações entre estudantes, professores e professoras, gestão e demais pessoas que habitam essas instituições, é permeado por uma multiplicidade de aspectos que vão desde as relações de poder e hierarquia até as manifestações culturais e de criação dos/das sujeitos/as envolvidos.

Internet: <[retratosdaescola.emnuvens.com.br](http://retratosdaescola.emnuvens.com.br)> (com adaptações).

Uma das formas de organizar a intensa dinâmica do cotidiano da sala de aula é estabelecer contratos didáticos ou pedagógicos. Com base nessa informação e no texto apresentado, julgue o item a seguir.

- 68 Um contrato didático consiste em um conjunto de comportamentos (específicos) do aluno que são esperados pelo professor, mediados pelo saber.

Andar pela sala, conversar enquanto o professor explica, usar celular em momentos indevidos, gritar e ser grosseiro com os colegas são exemplos de pequenas atitudes que atrapalham, e muito, a aprendizagem.

MEIRELLES, Paula Peres Elsa. *Indisciplina*: "a menina nunca para quietal". Nova Escola, 1 ago. 2014. Disponível em: [Indisciplina: "A menina nunca para quietal!" | Nova Escola](http://www.novoescola.com.br/2014/08/01/indisciplina-a-menina-nunca-para-quietal/).

A partir desse contexto, julgue os itens a seguir.

- 69 Não há universalidade e estabilidade no conceito de indisciplina, pois são atitudes de desordem e de desobediência dos alunos no contexto escolar, as quais podem dificultar o trabalho pedagógico na escola.

- 70 Atitudes desrespeitosas e comportamentos inadequados do aluno indisciplinado podem ser alavancas para práticas de violência restritas à instituição escolar, e a busca de soluções envolve acompanhamento e parcerias entre a família e a escola.

A respeito da discussão acerca das inteligências múltiplas de Gardner, julgue o item seguinte, considerando a educação infantil.

- 71 Ao levar em conta as múltiplas inteligências, os professores da educação infantil têm a possibilidade de planejar atividades que, além de contemplarem as necessidades cognitivas dos alunos, também potencializam as suas habilidades individuais, favorecendo um aprendizado mais completo e significativo.

Durante o planejamento de uma aula de matemática, um professor do 5º ano do ensino fundamental, ao refletir e selecionar os elementos metodológicos para a elaboração de uma sequência didática de uma unidade temática, com objeto de conhecimento específico e um conjunto de habilidades particulares, lembrou a importância de desenvolver competências fundamentais de raciocínio, representação, comunicação e argumentação.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, à luz da BNCC, no que diz respeito ao conceito que é endossado pelas competências da área de matemática.

- 72 Considera-se que o ensino de matemática no ensino fundamental pode se limitar à execução de procedimentos, sem que seja necessário articular conceitos estruturantes como equivalência, ordem e proporcionalidade.

- 73 Trata-se do letramento matemático, que é fundamental para a compreensão e para a atuação no mundo, contexto esse que consiste em um compromisso do ensino fundamental.

- 74 Enfatiza-se a aplicação mecânica de cálculos e fórmulas, tratando os processos de raciocínio, representação, comunicação, argumentação e resolução de problemas como complementos opcionais do ensino de matemática.

Suponhamos uma situação em que um professor universitário apresente, em detalhes, os aspectos mais difíceis e complicados da teoria da relatividade de Einstein a um grupo de crianças de sete anos. Suponhamos que o professor em questão seja profundo conhecedor do assunto e faça uma brilhante exposição, utilizando meios audiovisuais ou quaisquer outros recursos que a didática moderna possa recomendar. Apesar de tudo isso, as crianças nada aprendem daquilo que ele apresentou. Podemos nós dizer que, embora as crianças nada tenham aprendido acerca da teoria da relatividade de Einstein, o professor esteve ensinando durante sua apresentação? A resposta afirmativa, neste caso claramente extremo e exagerado, parece pouco plausível. Mas suponhamos – uma suposição, agora, não tão absurda – que a audiência desse professor fosse composta, não de crianças de sete anos, mas de universitários no último ano do curso de física, e que o resultado fosse o mesmo: os alunos nada aprenderam acerca da teoria da relatividade de Einstein através da exposição. Podemos nós dizer que, embora o professor tivesse estado a ensinar a teoria da relatividade, os alunos não a aprenderam? A resposta afirmativa, aqui, parece bem mais plausível. Mas qual é, realmente, a diferença entre a primeira e a segunda situação? Vamos colocar essa questão, por enquanto, entre parênteses, para analisar algumas respostas que têm sido dadas à pergunta com que iniciamos este parágrafo: pode haver ensino sem que haja aprendizagem?

CHAVES, Eduardo O. C. A filosofia da educação e a análise dos conceitos educacionais. In: REZENDE, Antônio M. de (org.). *Iniciação teórica e prática às ciências da educação*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 111-140.

Acerca dos conceitos de ensino e aprendizagem, julgue os itens a seguir.

- 75 A regência do verbo ensinar estabelece que quem ensina, ensina algo a alguém. No contexto das crianças, não faz sentido atribuir ao professor a intenção de que os seus alunos viessem a aprender exatamente o que ele expunha. Por sua vez, no caso dos acadêmicos, essa interpretação é adequada.

76 Existe a possibilidade de que, durante uma exposição, alguém aprenda algo que o professor não tinha a intenção de ensinar. Por exemplo, as crianças podem ter aprendido que as aulas com a professora titular são mais divertidas ou que o retroprojetor é um recurso interessante.

As metodologias ativas emergem como propostas que deslocam o foco do ensino-aprendizagem para a participação ativa dos sujeitos, vinculada ao contexto em que se encontram. O estudante, nesse processo, transforma-se em protagonista da construção do seu saber, assumindo a responsabilidade pelo caminho que percorre e pelos resultados que almeja. Com base nessas informações e nos princípios teóricos acerca das metodologias ativas, julgue os itens a seguir.

77 O *peer instruction* é uma metodologia ativa de ensino que se fundamenta no estudo prévio dos materiais disponibilizados pelo professor e, também, na discussão de questões conceituais em sala. Desse modo, o propósito dessa metodologia é favorecer a aprendizagem dos conceitos centrais por meio da interação entre os estudantes.

78 A gamificação é uma metodologia ativa que utiliza elementos encontrados de jogos e que os insere em reforçados contextos de competitividade, buscando transportar o aspecto lúdico e motivacional dos *games* para outros ambientes.

Durante o planejamento do projeto "Sustentabilidade na escola: práticas e saberes", uma equipe docente composta de professores de ciências, matemática, língua portuguesa e geografia percebeu que cada disciplina poderia contribuir de diferentes formas. Contudo, alguns professores queriam apenas integrar conteúdos semelhantes, enquanto outros defendiam um trabalho realmente colaborativo, com partilha de métodos e objetivos comuns.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

79 Um trabalho interdisciplinar caracteriza-se pelo agrupamento de conteúdos de diferentes disciplinas, em construção ou diálogo coletivo entre diferentes áreas do conhecimento.

80 A interdisciplinaridade ocorre de forma plena quando uma disciplina assume o papel central do conhecimento, orientando as demais áreas a partir dos seus próprios métodos.

81 A interdisciplinaridade pressupõe a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, buscando integrar conceitos, métodos e práticas em torno de um objetivo comum.

Quanto à teoria do sistema de ensino como violência simbólica, julgue o item a seguir.

82 Segundo Saviani (2018), a violência material reforça-se ao ser convertida para o plano simbólico, no qual se produz e se reproduz o reconhecimento da dominação e da sua legitimidade, por meio do desconhecimento ou da dissimulação do seu caráter de violência explícita.

A educação de jovens e adultos (EJA), enquanto política pública, busca cumprir a sua função reparadora, com impactos socioeconômicos relevantes. De acordo com pesquisa divulgada em setembro de 2025, jovens de 19 a 29 anos de idade que concluem a EJA aumentam em 7 pontos percentuais suas chances de conseguir um emprego formal, e elevam a sua renda média de R\$ 1.372 para R\$ 1.474, representando um aumento de 4,5%. Já entre os jovens de 19 a 24 anos de idade, a probabilidade de formalização cresce em 9,6 pontos percentuais, e a renda mensal passa de R\$ 1.302 para R\$ 1.400, uma valorização de 7,5%.

Internet: <g1.globo.com> (com adaptações).

Com base nessas informações e nos princípios pedagógicos da EJA, julgue os itens a seguir.

83 Os resultados da pesquisa corroboram a ideia de que a escolarização exerce influência direta sobre indicadores de empregabilidade e renda, demonstrando que a conclusão da EJA tem potencial de ampliar oportunidades no mercado formal de trabalho.

84 A análise comparativa das faixas etárias evidencia que os impactos da conclusão da EJA são homogêneos, visto que as diferenças percentuais encontradas entre jovens de 19 a 29 anos de idade e de 19 a 24 anos de idade não apresentam relevância estatística.

Em uma escola municipal de educação infantil, a equipe pedagógica percebeu que as práticas estavam muito centradas em atividades de cópia, preenchimento de fichas e exercícios de prontidão para a alfabetização. A coordenação, então, propôs um novo planejamento, fundamentado nos campos de experiências da BNCC, com foco em vivências mais significativas. Assim, no novo projeto,

- as crianças passaram a participar de rodas de conversa, dramatizações e brincadeiras que favoreciam a escuta, a fala e a interação social;
- foram organizadas atividades ao ar livre, de exploração da natureza e de observação do ambiente próximo;
- a expressão por meio de música, artes visuais e movimento corporal foi ampliada; e
- a equipe incluiu, também, momentos de reflexão sobre identidade, relações familiares e diversidade cultural.

Com base nessa situação hipotética e nos campos de experiências da educação infantil definidos pela BNCC, julgue os itens seguintes.

85 As rodas de conversa e as dramatizações relacionadas à oralidade, bem como as reflexões sobre identidade e diversidade cultural, correspondem, respectivamente, aos campos escuta, fala, pensamento e imaginação e o eu, o outro e o nós.

86 As atividades ao ar livre, voltadas à exploração da natureza e à observação do ambiente, estão vinculadas, enfim, ao campo corpo, gesto e movimento, já que envolvem deslocamentos físicos e ações corporais.

Considerando a abordagem de Saviani (2018) pedagógica libertária no desenvolvimento das edificações, julgue os itens a seguir.

87 A abordagem de Saviani (2018) pedagógica libertária no desenvolvimento das edificações, julgue os itens a seguir.

o como violência  
material  
significado simbólico,  
meio do  
inter

- 86 As atividades ao ar livre, voltadas à exploração da natureza e à observação do ambiente, estão vinculadas estreitamente ao campo corpo, gestos e movimento, já que envolvem deslocamentos físicos e ações corporais.

Considerando a abordagem de Saviani (2013), acerca da pedagogia libertária, no desenvolvimento das concepções pedagógicas na história da educação brasileira, julgue o item a seguir.

- 87 A abordagem de Saviani sobre a pedagogia libertária põe, no centro do trabalho educativo, temas e problemas políticos e sociais, entendendo que o papel da educação é, fundamentalmente, abrir caminho para a libertação dos oprimidos.

Em uma turma de 2º ano do ensino fundamental, a professora percebeu que alguns alunos conversavam durante a realização de atividades individuais, enquanto outros se recusam a seguir instruções básicas de rotina. Preocupada com a organização da sala e com o aprendizado de todos, a docente decidiu conversar com a turma e propôs que todos juntos criassem um acordo de convivência com regras de comportamento durante as aulas, como levantar a mão para falar e respeitar os colegas. Alguns alunos concordaram imediatamente com as regras, enquanto outros só passaram a seguir as regras quando a professora os lembrava ou lhes pedia para se comportarem.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 88 A atitude da professora, ao envolver os alunos na criação do acordo de convivência, representa uma forma de autoridade legítima e favorece a construção da autodisciplina. *ESCOLA LIBERTÁRIA*
- 89 O fato de alguns alunos precisarem de lembretes para seguir as regras demonstra que a professora não estabeleceu autoridade suficiente e que a indisciplina é consequência de falha na imposição de poder.
- 90 A criação de um acordo de convivência favorece o respeito mútuo, mas requer monitoramento contínuo e negociações constantes, pois a construção da disciplina é um processo dinâmico.



## RASCUNHO

Democracia

Escola

Ensino

Family

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se "aproximar" dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso "bancário" meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no "tratamento" do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos.

Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo. Daí a impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico se, mecanicamente memorizador, é muito mais um repetidor cadenciado de frases e de ideias inertes do que um desafiador. O intelectual memorizador, que lê horas a fio, domesticando-se ao texto, temeroso de arriscar-se, fala de suas leituras quase como se estivesse recitando-as de memória – não percebe, quando realmente existe, nenhuma relação entre o que leu e o que vem ocorrendo no seu país, na sua cidade, no seu bairro. Repete o lido com precisão, mas raramente ensaia algo pessoal. Fala bonito de dialética, mas pensa mecanicamente. Pensa errado. É como se os livros todos a cuja leitura dedica tempo farto nada devessem ter com a realidade de seu mundo. A realidade com que eles têm que ver é a realidade idealizada de uma escola que vai virando cada vez mais um dado aí, desconectado do concreto.

Não se lê criticamente como se fazê-lo fosse a mesma coisa que comprar mercadoria por atacado. Ler vinte livros, trinta livros. A leitura verdadeira me compromete de imediato com o texto que a mim se dá e a que me dou e de cuja compreensão fundamental me vou tornando também sujeito.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura (com adaptações).

Em relação ao texto, às ideias nele expressas e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 91 A rigorosidade metódica mencionada no texto está associada à produção das condições que favorecem o aprendizado crítico, o que requer dos estudantes e dos educadores, entre outras qualidades, criatividade, curiosidade e persistência.
- 92 Sem prejuízo da coerência das ideias do texto, o vocábulo "cognoscíveis", no trecho "Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se 'aproximar' dos objetos cognoscíveis.", poderia ser substituído por de conhecimento.
- 93 Das relações coesivas do último parágrafo do texto entende-se que só se aprende a ler criticamente e verdadeiramente após a experiência de leitura, resumida no período "Ler vinte livros, trinta livros".
- 94 O texto caracteriza-se como dissertativo-argumentativo/no qual o autor defende a tese de que só a ação pedagógica marcada pelo rigor metodológico no tratamento do conteúdo memorizado pelo professor e repassado, ainda que superficialmente, ao aluno em sala de aula é capaz de fazer com que os aprendizes pensem do modo certo.
- 95 Na oração "Faz parte das condições", no trecho "Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos", a flexão verbal na terceira pessoa do singular justifica-se pela concordância do verbo com o fato expresso no período anterior, entendendo-se presente, na referida oração, a forma pronominal elíptica **Isso – Isso faz parte das condições**.
- 96 O segmento "faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo" poderia, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, ser assim reescrito: **faz parte de sua tarefa docente tanto ensinar os conteúdos quanto ensinar a pensar certo**.
- 97 O emprego da preposição "a", em "a cuja leitura dedica tempo farto" justifica-se pela regência do termo adjetivo "farto".
- 98 Estaria mantida a correção gramatical do texto, mas não o seu sentido original, caso se suprimisse a vírgula empregada após o termo "memorizador", no trecho "Daí a impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico se, mecanicamente memorizador, é muito mais um repetidor cadenciado".
- 99 No segmento "fala de suas leituras quase como se estivesse recitando-as de memória", a forma verbal "estivesse", flexionada no pretérito imperfeito do subjuntivo, integra uma comparação hipotética.

A respeito do Distrito Federal e considerando-se os aspectos socioeconômicos, demográficos, histórico-culturais e geográfico-ambientais, julgue os itens a seguir.

100 A estrutura econômica do Distrito Federal assemelha-se à nacional, com pouco mais da metade do produto interno bruto (PIB) proveniente do setor de serviços, e com o restante dividido entre indústria e agropecuária.

101 O último Censo do Distrito Federal apontou que a população autodeclarada como de raça/cor parda e preta é demograficamente majoritária.

102 A Feira do Livro de Brasília (FeliB) foi criada na segunda metade do século XX pela Câmara do Livro do Distrito Federal e, só no início deste século, passou a integrar oficialmente o calendário cultural do Distrito Federal.

103 De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a generalidade do território do Distrito Federal está inserida no bioma Cerrado, sendo as áreas remanescentes ocupadas por porções fragmentadas de outros biomas.

Quanto aos direitos da criança e do adolescente, à legislação constitucional e infraconstitucional, bem como à legislação distrital específica a respeito do direito educacional, julgue os itens a seguir.

104 De acordo com a liberdade de consciência assegurada pela Constituição Federal de 1988, os pais não podem ser obrigados a matricular os seus filhos em uma escola, já que essa não é uma obrigação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

105 O Distrito Federal, por não se enquadrar nos conceitos de estado ou município, é constitucionalmente autorizado a cobrar pela educação básica oferecida aos cidadãos e não tem obrigação de prestar tal serviço de forma gratuita.

106 Uma instituição educacional que tenha como foco oferecer serviços educacionais a pessoas com deficiência auditiva, ao buscar autorização para atuar no sistema de ensino do Distrito Federal, deve garantir a oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da língua portuguesa para ser devidamente credenciada.

107 Suponha-se que uma criança de oito anos de idade tenha sido enquadrada como pessoa com deficiência em razão de ter transtorno do espectro autista. Nesse caso, é correto afirmar que essa criança deverá ser matriculada exclusivamente em uma escola específica para pessoas com deficiência, uma vez que essa medida garantiria maior apoio para o seu desenvolvimento e evitaria discriminação ao inseri-la na rede regular de ensino.

108 Suponha-se que um profissional pedagogo, em uma escola do Distrito Federal, tenha manifestado insatisfação ao trabalhar sob liderança feminina, argumentando que funções de chefia deveriam ser exclusivas de homens. Diante dessa situação, a gestora, em diálogo direto com secretarias do Distrito Federal, instituiu a semana de prevenção ao machismo no ambiente escolar. O profissional, por sua vez, discordou da iniciativa, alegando não existir norma que a justificasse. Nesse caso, é correto afirmar que a decisão da gestora foi adequada, pois o Distrito Federal prevê ações voltadas ao enfrentamento do machismo no ambiente escolar.

109 Suponha-se que um aluno tenha questionado a sua professora se existiam leis que estabelecessem a educação e a inclusão digital como prioridades no Distrito Federal, considerando que a educação tem como objetivo formar o indivíduo e que a inclusão digital, assim como a social, é fundamental para o seu desenvolvimento. A professora respondeu afirmativamente, destacando que a inclusão digital, no cenário atual, é indispensável para o desempenho das atividades cotidianas. Nesse caso, é correto afirmar que a professora está certa ao confirmar ao aluno a existência de legislações que tratam desse tema.

A respeito das políticas públicas distritais, julgue o item a seguir.

110 Suponha-se que uma estudante de 12 anos de idade, da rede pública do Distrito Federal, estava debatendo com a sua colega sobre uma informação que leu na Internet, de que o Distrito Federal possuía um plano de ações voltado para meninas da idade delas, com o objetivo de mantê-las no ensino formal e promover o pleno desenvolvimento de suas habilidades. É correto afirmar que, nesse caso, a estudante está certa ao realizar essa afirmação.

Acerca do regime Disciplinar do Servidor Público do Distrito Federal, julgue o item a seguir.

111 Em razão da independência entre as esferas Judicial e Administrativa, deverá ser objeto de apuração em sindicância ou processo disciplinar o fato que já tenha sido objeto de julgamento pelo Poder Judiciário em sentença penal transitada em julgado que reconheceu a inexistência do fato ou a negativa da autoria.

A elaboração e revisão dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) devem atender às orientações da LDB (Lei nº 9.394/1996), da Constituição Federal de 1988, do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e da BNCC (2017). Nesse processo, emergem dilemas recorrentes: o predomínio de avaliações padronizadas em contraste com a avaliação formativa; a resistência à incorporação das tecnologias digitais, mesmo diante da Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023); a concepção restrita de educação integral reduzida à ampliação da jornada; e a disputa entre tendências tradicionais, tecnicistas e críticas de ensino. Como destaca Libâneo (2011), tais tensões expressam a necessidade de que o PPP seja construído de forma democrática e participativa, articulando as exigências legais com práticas pedagógicas que promovam a formação integral dos estudantes.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professor? Novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Com base nesse contexto e nas políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 112 A manutenção de um planejamento rígido e anual, desvinculado da avaliação processual, desconsidera o caráter contínuo e participativo exigido pela LDB (arts. 13 e 14) e pelas DCNs da Educação Básica (Res. CNE/CEB nº 4/2010). Contudo, a cultura de *accountability* reforçada por políticas de avaliação externa (SAEB, IDEB) contribui para a persistência desse modelo escolar.
- 113 O foco exclusivo na transmissão linear de conteúdos, em detrimento da interdisciplinaridade e contextualização, contraria a BNCC (2017), que organiza aprendizagens em competências gerais. Entretanto, essa fragmentação encontra respaldo histórico em interpretações restritivas da LDB (art. 26), que destacaram a BNCC, mas negligenciaram a parte diversificada.
- 114 A resistência em incorporar as tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ensino, sob o argumento de dispersão, desconsidera o potencial pedagógico desses recursos. O uso planejado e mediado das TICs pode ampliar a aprendizagem, promover o engajamento dos estudantes e favorecer a inclusão, desde que combinado de forma flexível com recursos analógicos, garantindo que nenhum estudante seja excluído por limitações estruturais ou de conectividade.
- 115 A predominância de práticas conteudistas e avaliações padronizadas aproxima-se da tendência tecnicista, que prioriza eficiência e mensuração. Apesar de elementos da pedagogia tradicional estarem presentes, a centralidade dos mecanismos de controle evidencia forte alinhamento ao tecnicismo reatualizado pelas políticas de avaliação em larga escala.
- 116 A escola pode organizar o planejamento anual das disciplinas centrando-se em provas escritas e relatórios formais, sem utilização de instrumentos de avaliação diversificados ou estratégias formativas, considerando que a LDB (Lei nº 9.394/1996) apenas exige registro de desempenho escolar.
- 117 A elaboração do PPP pode se restringir a consultas formais à comunidade escolar e à definição de carga horária, sem integrar eixos curriculares da BNCC ou do Currículo em Movimento/DF, considerando que a gestão democrática já é cumprida por meio da apresentação do documento à comunidade.
- 118 A coexistência de avaliação formativa e exames padronizados deve ser entendida como relação de tensão, e não de complementaridade plena, visto que a primeira tem caráter diagnóstico e processual (DCNs, 2013), enquanto a segunda atende ao monitoramento sistêmico (LDB, art. 9º, VI).
- 119 A elaboração do PPP sem escuta ampliada da comunidade reduz a gestão democrática à formalidade, violando a LDB (art. 14) e a Constituição Federal de 1988 (art. 206, VI). O PPP, ainda que legalmente válido, carece de legitimidade pedagógica, pois não assegura a participação efetiva de professores, estudantes e famílias.
- 120 A redução da educação integral à ampliação da carga horária contraria a concepção defendida pelo PNE (Meta 6) e pelo Programa Mais Educação, que a entendem como articulação de tempos, espaços e saberes, visando à formação plena. A visão restritiva compromete a efetivação da equidade e do direito à aprendizagem.



### RASCUNHO